

II SIMPÓSIO SOBRE FEMINICÍDIOS:

REFLEXÕES SOBRE INCIDÊNCIAS E (IN)VISIBILIDADES

23 A 25 DE OUTUBRO

CLCH - UEL

O MODO MISÓGINO DE EXECUÇÃO DOS FEMINICÍDIOS: UMA FERRAMENTA PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS MORTES POR RAZÕES DE GÊNERO

Ana Claudia da Silva Abreu

prof_anasilva@camporeal.edu.br

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora de Direito Penal do Centro Universitário Campo Real. Guarapuava, PR, Brasil.

RESUMO: O objetivo do trabalho é propor o “modo misógino de execução” dos feminicídios como uma ferramenta para a interpretação dos significantes “razões de gênero” e “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado, inicialmente, o levantamento bibliográfico da literatura especializada sobre o feminicídio, explorando seu conceito, suas tipologias e classificações. Na sequência, optou-se pela pesquisa documental e pela análise da Lei do Feminicídio, do Projeto que deu origem à Lei n. 13.104/2015, além do exame dos dados sobre os feminicídios e transfeminicídios no Brasil. Por fim, foi realizada uma pesquisa empírica, baseada no exame das denúncias de feminicídios e tentativas de feminicídios, no Estado do Paraná, visando a análise concreta dos sentidos dados pelos promotores e promotoras acerca dos significantes objetos do estudo. Para contribuir para a definição desses significantes, o modo misógino de execução desses assassinatos é uma ferramenta que possibilita visibilizar e classificar como feminicídios todas as mortes de mulheres, mulheridades e feminilidades que não são lidas como feminicídios, porque a vítima não é uma mulher cis, ou porque a morte não se deu em um contexto íntimo, da esfera doméstica ou familiar, mas que, pelo modo de execução (motivos, meio de execução, geografia das lesões, mutilações, dentre outros) revelam o desprezo, a misoginia e o ódio ao feminino, ou seja, que são assassinatos praticados por razões de gênero.

Palavras-chave: Feminicídio, Razões de Gênero, Modo Misógino de Execução, Menosprezo ou Discriminação.

THE MISOGYNIST WAY OF EXECUTING FEMINICIDES: A TOOL FOR IDENTIFYING DEATHS FOR GENDER REASONS

ABSTRACT: The aim of this paper is to propose the “misogynistic mode of execution” of feminicides as a tool for interpreting the signifiers “gender reasons” and “contempt for or discrimination against women”. To carry out the research, a bibliographic survey of the specialized literature on feminicide was carried out, exploring its concept, typologies and classifications. We then opted for documentary research and analysis of the Feminicide Law, the Bill that gave rise to Law 13.104/2015, as well as examining data on feminicides and transfeminicides in Brazil. Finally, empirical research was carried out, based on an examination of reports of feminicides and attempted feminicides in the state of Paraná, with a view to concretely analyzing the meanings given by prosecutors about the signifiers that are the objects of the study. In order to help define these signifiers, the misogynist way in which these murders are carried out is a tool that makes it possible to make visible and classify as feminicides all the deaths of women, womanhood and femininity that are not read as feminicides because the victim is not a cis woman, or because the death did not take place in an intimate, domestic or family context, but which, due to the manner in which they were carried out (motives, means of execution, geography of injuries, mutilations, among others) reveal contempt, misogyny and hatred of women, i.e. murders committed for gender reasons.

Keywords: Feminicide, Gender Reasons, Misogynistic Method of Execution, Contempt or Discrimination.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de feminicídio é uma categoria de análise dos estudos feministas (Abreu, 2022) que identifica e descreve as razões de gênero (discriminação e misoginia) em que se assentam as mortes de mulheres por razões de gênero, delimita suas características e o analisa como um fenômeno social, permitindo quantificá-lo (Copello, 2002). Ainda, os estudos sobre feminicídio, originariamente realizados desde as ciências sociais e a antropologia, estenderam-se também para outras áreas do conhecimento, como a psicologia e o direito (Toledo, 2016), ou seja, “o termo foi adotado no âmbito acadêmico, na política, na legislação, na literatura, nas manifestações artísticas e políticas, assim como em outros espaços, para

denunciar as formas de violência letal contra as mulheres e meninas e rapidamente legitimou-se” (Caicedo-Roa, Bandeira e Cordeiro, 2022, p. 2).

Trata-se de um termo novo, usado pela primeira vez em 1976, em Bruxelas, por Diana Russel, no Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, visando uma alternativa ao conceito genérico “homicídio” e, ao propor uma designação outra, demarcar os assassinatos das mulheres por razões de gênero. Posteriormente, Russel, juntamente com Jane Caputti (Russel e Caputti, 1992), redefinem o feminicídio como um crime de ódio às mulheres, ou seja, a morte violenta de mulheres representa o fim extremo de um *continuum* de terror e de práticas misóginas, que incluem violências diversas⁶ que atravessam a vida das mulheres. Assim, “os feminicídios são resultado de múltiplas, crescentes e contínuas manifestações de violência, que estão enraizadas historicamente nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres e na discriminação sistêmica do gênero feminino, o que é sustentado por valores sociais, religiosos, econômicos, assim como por práticas culturais” (Caicedo-Roa, Bandeira e Cordeiro, 2022, p. 2).

O reconhecimento das mortes de mulheres como feminicídio é um processo recente e, além de uma categoria analítica da epistemologia feminista, é uma ferramenta política que permite a visibilização desses assassinatos. A partir de uma revisão bibliográfica da produção latino-americana sobre o tema, Isabel Gomes (2018) identifica três vertentes sobre o fenômeno. Uma genérica, que inclui todas as mortes violentas de mulheres cuja causa central é a discriminação e as desigualdades de gênero⁷, abrangendo não somente os feminicídios íntimos, como também as mortes de mulheres decorrentes de abortos inseguros, de mortalidade materna e até mesmo de suicídios praticados em contextos de extrema opressão de gênero. A segunda vertente, específica, tem a finalidade de analisar quais elementos caracterizam os feminicídios para delimitar as mortes que estão incluídas no feminicídio e quais assassinatos seriam homicídios, apenas. Por fim, a terceira corrente, volta-se à

⁶ Segundo o conceito desenvolvido pelas autoras, o feminicídio abrange todas as mortes por razão de gênero, incluídas as relacionadas com violências sexuais (estupro, tortura, exploração e escravidão sexual); dos abusos sexuais contra as crianças; das agressões físicas e psicológicas; das intervenções cirúrgicas desnecessárias (mutilação sexual, esterilização forçada, cirurgias estéticas); da maternidade forçada (criminalização do aborto); da imposição da heterossexualidade (Russel e Caputti, 1992).

⁷ Para Patrícia Copello (2012) o conceito abrange também as mortes que decorrem de práticas patriarcais, que impõem o controle sobre os corpos femininos, como as mortes resultantes de abortos inseguros ou decorrentes de violência obstétrica. No mesmo sentido, Soraia da Rosa Mendes (2021) que inclui as mortes maternas decorrentes de covid-19 no conceito de Feminicídio de Estado e Ana Claudia da Silva Abreu (2023) que analisa as mortes de gestantes como Feminicídio Reprodutivo.

judicialização do fenômeno, ou seja, ao dialogar com o Direito penal, preocupa-se em traçar as diretrizes para a criminalização da violência feminicida.

A literatura feminista conceitua o feminicídio como sendo “o assassinato de mulheres por razões associadas a seu gênero” (Carcedo e Sargot, 2002), enquanto as legislações dos países latino-americanos “definem como femicídio ou feminicídio as mortes de mulheres pelo fato de ser mulher, por razões de gênero, pela condição de mulher, por motivo de ódio ou menosprezo pela condição de ser mulher” (Campos, 2015, p. 106). As Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (ONU Mulheres, 2016) há um quadro explicativo das inúmeras modalidades de feminicídio: íntimo; não íntimo; infantil; familiar; por conexão; sexual sistêmico; por prostituição ou ocupações estigmatizantes; por tráfico e por contrabando de pessoas; transfóbico; lesbofóbico; racista; por mutilação genital feminina.

Observa-se, portanto, que tanto a construção teórica do conceito de feminicídio quanto a legislação latino-americana assentam-se na categoria gênero para conceituar o feminicídio. No Brasil, a Lei n. 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), inseriu o ato de matar mulher, por razões da condição de sexo feminino, no parágrafo 2º do artigo 121, localizando o feminicídio dentre as qualificadoras do homicídio. Com o fim de delimitar no que consistem as razões da condição de sexo feminino, no parágrafo 2ºA elucida que constituem tais razões o contexto de violência doméstica e familiar ou de menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Em que pese a importância da Lei, ao visibilizar uma violência por tanto tempo naturalizada, duas questões principais precisam ser pontuadas. A primeira é a vinculação do ato de matar mulher à disposição “razões de sexo feminino”, ou seja, a opção legislativa em demarcar um paradigma biológico – sexo – para definir a mulher passível de tutela legal. A segunda, não menos relevante, é que para definir a expressão “razões da condição de sexo feminino”, a Lei traz um significante aberto, o “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

A partir dessas disposições legais, surgem duas perguntas fundamentais.

A primeira questiona quais são as mulheres tuteladas pela norma, ou seja, a lei abrange apenas aquelas nascidas biologicamente mulher e que se identificam com o gênero feminino (mulheres cisgênero) ou inclui também outras mulheridades e feminilidades que fazem parte de um conceito plural de mulher? Sobre esse primeiro questionamento já há

posicionamento doutrinário já consolidado no sentido de considerar um conceito jurídico de mulher, de modo a abranger as mulheres trans, desde que tenham realizado a alteração do gênero no registro civil.

Tal posicionamento, ainda que avance ao abranger as mulheres trans, ainda é excludente de outras mulheridades e feminilidades igualmente vulneráveis à violência de gênero, como, por exemplo, as travestis (Nascimento, 2021). Para possibilitar um conceito plural de mulher é preciso ir além, o que exige um olhar não restrito a um paradigma biológico ou jurídico de mulher, que reconheça que “a ordem patriarcal e colonial de gênero modela corpos e desejos, hierarquiza sujeitos e identidades, construindo relações de poder desiguais” (Abreu e Santos, 2023, p. 174).

A segunda pergunta é, de que modo o significante “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” serve de parâmetro normativo para incluir entre os feminicídios outras mortes, que escapam das definições biológicas ou jurídicas de mulher ou do contexto do feminicídio íntimo, mas que revelam a misoginia, o ódio e a aversão ao feminino (e ao feminizado)? Essa questão impacta diretamente na percepção dos feminicídios, ou seja, a depender da resposta a essa pergunta, teremos uma aplicação mais ampla ou mais restrita da qualificadora.

Diante da complexidade desses dois questionamentos e, considerando uma maior produção teórica sobre a primeira pergunta (Campos, 2015; Nascimento, 2021; Abreu e Santos, 2023), optamos pela tarefa de delimitar o sentido e a abrangência do significante “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” e assim pensar em possibilidades para responder à segunda questão e para traçar parâmetros para a classificação dos feminicídios. Desse modo, foi realizada uma pesquisa empírica mediante a coleta das denúncias de feminicídios e tentativas de feminicídios no sistema de consulta processual no Estado do Paraná (Projudi), que abrangeu um período de 5 anos, iniciando em março de 2015 (data da entrada em vigor da Lei 13/104/2015) e tendo como término março de 2020. A partir da leitura das denúncias e organização das categorias analíticas, foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin, 2001) para o exame das categorias eleitas.

Com base nas características identificadas nos delitos propomos demonstrar que as razões de gênero fundantes da violência feminicida podem ser identificadas pelo “modo misógino de execução dessas mortes” (motivos do crime, meio de execução, geografia das lesões, excessos evidenciados, mutilações, dentre outros) que revela o desprezo, a misoginia e

o ódio ao feminino. Isso significa que, independentemente de a vítima enquadrar-se ou não em um conceito biológico de mulher e/ou o feminicídio encaixar-se em um contexto de violência doméstica contra a mulher, outras mortes, que escapam do modelo essencialista, familista e íntimo sejam também lidas como feminicídios. O estudo adota o método dedutivo e é realizado de forma descritiva e exploratória, mediante pesquisa bibliográfica, documental e empírica.

Para atingir o objetivo principal desse artigo, o trabalho foi dividido três em partes. Na primeira, será realizada a revisão de literatura sobre o desenvolvimento do conceito de feminicídio, suas classificações, demarcando-o como uma ferramenta analítica da epistemologia feminista. Na sequência, visando compreender os significados dos termos legais, optou-se por uma interpretação histórica da Lei n. 13.104/2015, buscando as razões sociais da sua origem, o trâmite do Projeto de Lei e os demais elementos que auxiliem na interpretação do significante “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Por fim, com base em uma pesquisa empírica (análise de denúncias de feminicídios e tentativas de feminicídio no Estado do Paraná) e documental (exame dos dados sobre os feminicídios e os transfeminicídios no Brasil) pretendemos demonstrar que o “modo misógino de execução” da violência feminicida serve de instrumental para a constatação das razões de gênero presentes nesses assassinatos.

2. DA CATEGORIA FEMINICÍDIO

O feminicídio é uma categoria relativamente recente, que está em construção e tem se consolidado nos estudos feministas e pode definido como a morte de mulher por razões de gênero. A morte é o ápice de uma violência estrutural e reiterada e reflete o ódio às mulheres (e ao feminino), inserindo-se nas relações assimétricas de poder do regime patriarcal (Abreu, 2022).

Desde que as mortes violentas de mulheres passaram a ser nomeadas como feminicídio, várias são as definições propostas para o termo. Essa variedade de conceituações e classificações ocorre porque, ainda que seja um fenômeno estruturado no sexismo e na desigualdade entre homens e mulheres, é atravessado por outras questões, variando segundo as características histórico-culturais e sociais do lugar e do contexto (Caicedo-Roa, Bandeira e Cordeiro, 2022).

A sua origem revela a necessidade política de oposição ao caráter universal do homicídio, tratando-se de uma importante ferramenta de visibilização dessas mortes. No trânsito do Norte para o Sul, a palavra *femicide*, proposta por Diane Russel é traduzida e, na América latina, torna-se feminicídio. Essa opção se deu pela necessidade de evidenciar o papel do Estado e sua responsabilidade na perpetuação desses crimes (Lagarde, 2008), ou seja, o feminicídio tem como parte do problema o Estado e suas instituições patriarcais. Assim, como os conceitos ainda não foram unificados há controvérsias entre o uso do termo feminicídio ou feminicídio.

No entanto, para a vertente específica, mais relevante que a escolha do termo em si, está a análise de quais mortes de mulheres se enquadram no conceito de feminicídio. Visando delimitar a violência feminicida às mortes que revelam uma desigualdade entre homens e mulheres, Ana Carcedo (2010) afirma que, para identificar um assassinato de uma mulher como um feminicídio devem ser analisadas as circunstâncias do crime e as dinâmicas de poder entre autor e vítima, elementos essenciais para diferenciar um homicídio de um feminicídio.

Rita Laura Segato (2006), também evidencia a importância da análise das relações de poder desiguais que estruturam a violência de gênero e que caracterizam os feminicídios. Em uma pesquisa sobre os assassinatos de mulheres na Cidade de Juarez, no México, a antropóloga argentina identifica a relação entre disputa de território e como esses conflitos refletem no domínio dos corpos femininos. Para a autora, os feminicídios têm um vocabulário próprio, são formados por toda uma linguagem de controle das mulheres que se transmite para a vítima, para as outras mulheres e para os outros homens, mantendo essa ordem patriarcal.

Visando organizar e sistematizar os diversos contextos dos feminicídios, Ana Carcedo (2010) identifica nove cenários dos feminicídios. Segundo ela, em estudo realizado juntamente com Montserrat Sagot, “definimos o conceito cenário de femicídio como: os contextos socioeconômicos, políticos e culturais nos que se produzem ou propiciam relações de poder entre homens e mulheres particularmente desiguais e que geram dinâmicas de controle, violência contra as mulheres e femicídios que adotam ou incluem características próprias (Carcedo, 2010, p.15)”.

No cenário íntimo, temos as mortes no contexto das relações familiares e/ou conjugais; no cenário da violência sexual, estão inseridos os assassinatos que envolvem

crimes sexuais, exploração sexual, tráfico de mulheres; na sequência, ela analisa as redes criminosas e as disputadas de gangues e como as mulheres são objetificadas como território e vingança; e, por fim, os assassinatos que estão relacionados à misoginia (Carcedo, 2010, p.15).

Julia Monárrez, também baseada nos crimes ocorridos no México, construiu uma tipologia para os feminicídios, visando indicar os distintos contextos no qual as mulheres são assassinadas. A pesquisadora enumera os seguintes tipos de feminicídio: íntimo, por ocupações estigmatizadas (prostituição, por exemplo), sexual sistêmico organizado (ataque sexual) e desorganizado (exploração sexual, tráfico de mulheres, disputa de território), sendo que em cada tipologia ela identifica os cenários desses assassinatos (Gomes, 2018).

Observa-se, portanto, que além da construção do conceito em si, a sua demarcação como um crime de Estado (Lagarde, 2008), os estudos desenvolvidos na América Latina sobre os feminicídios são baseados em pesquisa e análise de casos concretos, demonstrando a complexidade que envolve esse fenômeno. Além disso, ainda que não abarquem toda a complexidade da realidade concreta, são aproximações necessárias e relevantes para a classificação da violência feminicida. Ante a importância desses estudos, podemos afirmar, juntamente com Patrícia Copello (2002) que o feminicídio, além de um importante conceito político, é uma categoria de análise da epistemologia feminista, que o estuda enquanto um fenômeno social multifacetado.

Nesse sentido, além dos conceitos de femicídio e feminicídio e das classificações dos assassinatos, podemos apontar, ainda, o desenvolvimento da ideia de violência feminicida, ou seja, pela vertente genérica, o feminicídio inclui todas as situações nas quais as mulheres morrem em decorrência de práticas sociais misóginas (Radford, 2006). Nesse sentido, Russell (2006) afirma que muitas práticas sexistas levam a uma situação de extrema violência e opressão e podem resultar nas mortes de mulheres, desse modo, inclui no conceito de feminicídio as mortes maternas, os suicídios em contexto de opressão de gênero, as mortes de mulheres por aborto inseguro, e todas as mortes que decorrem de práticas sociais e estatais misóginas, da ação ou omissão do Estado.

Segundo Marcela Lagarde, “os feminicídios são causados pela desigualdade estrutural entre homens e mulheres, refletindo na violência de gênero, cujo fim é perpetuar as relações

patriarcais de dominação e opressão feminina”, assim, “quando o Estado é omissivo, não previne, nem coíbe essa violência, ele cria as condições para a existência dos feminicídios e, por essa razão, para a autora, ele passa a ser um crime de Estado” (Abreu, 2023, p. 120-121).

Por fim, a última vertente, demanda pela judicialização, ou seja, pelo reconhecimento das mortes de mulheres por razões de gênero como um novo tipo penal ou, ao menos, que essa circunstância seja analisada para fins de aumento da pena. Trata-se de uma demanda dos movimentos feministas pelo reconhecimento da gravidade desses assassinatos e pela visibilização da violência de gênero, o que não significa necessariamente a criminalização e sim o reconhecimento social e jurídico do feminicídio (Gomes, 2018). Conforme pontuado por Rita Segato (2011, p. 1) trata-se do “direito de nomear o sofrimento no Direito”. Esse movimento se intensifica a partir dos anos 2000 e, diante da pressão dos movimentos feministas, muitos Estados responderam penalmente ao problema, dentre eles o Brasil, em 2015.

Examinar o surgimento do termo *femicide*, sua tradução na América Latina, seus significados distintos, suas tipologias e classificações evidencia a importância de compreendê-lo como uma categoria analítica e como uma ferramenta “importante para orientar a adequada criminalização desses assassinatos e visibilizar os diversos contextos em que as mulheres, por serem mulheres, estão mais expostas à violência” (Abreu, 2022, p. 52).

No entanto, legislar penalmente sobre uma questão estrutural, que envolve relações de poder entre homens e mulheres, não significa reconhecer esse fenômeno como um problema social. Ademais, precisamos tomar cuidado para não reduzir as complexidades do feminicídio a uma questão meramente de enquadramento penal, desconsiderando as suas múltiplas origens e determinações. Apesar das críticas à resposta penal e seu caráter simbólico, no item a seguir pretendemos abordar as consequências do reconhecimento legal do feminicídio no Brasil.

3. DO RECONHECIMENTO PENAL DO FEMINICÍDIO NO BRASIL

No Brasil, a previsão legal do feminicídio representou uma medida legislativa para a continuidade do enfrentamento à violência contra a mulher inaugurado pela Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). A tipificação dos assassinatos por razões de gênero foi proposta pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito instituída no ano de 2012 para

investigar os mecanismos de combate à violência contra a mulher no Brasil, sobretudo as omissões do Estado (Abreu, 2022) Em 2015, a Lei nº 13.104/2015 alterou o artigo 121 do Código Penal acrescentando o inciso VI às qualificadoras do § 2º e incluindo o § 2º-A (norma explicativa) e o § 7º⁸ (majorantes):

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

(...)

Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

(...)

§ 7º A pena do **feminicídio** é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental;

III - na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima;

IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Brasil, 2006) (grifamos)

A opção legislativa não foi pela criação de um tipo penal novo⁹, mas pela previsão do feminicídio como uma circunstância qualificadora do delito de homicídio. Mas é importante ressaltar que é a única qualificadora que possui denominação específica, o que é fundamental para a visibilidade desses assassinatos e para que seja possível mensurá-los. A lei foi originada do Projeto de Lei do Senado, o PSL 292/2013, que recebeu dois substitutivos e, após aprovação em dezembro de 2014 foi enviado à Câmara dos Deputados como PL 8.305/2014. Na proposta original, o feminicídio era definido como:

§ 7º Denomina-se feminicídio à **forma extrema de violência de gênero que resulta na morte da mulher** quando há uma ou mais das seguintes circunstâncias:

I – **relação íntima de afeto ou parentesco**, por afinidade ou consanguinidade, entre a vítima e o agressor no presente ou no passado;

II – **prática de qualquer tipo de violência sexual contra a vítima**, antes ou após a morte;

⁸ Importante destacar que o § 7º foi, ainda, alterado pela Lei nº 13.771/18, que alterou a redação dos incisos II e III e incluiu o inciso IV.

⁹ Recentemente, a Lei nº 14.9994/2024 modificou a previsão legal do delito, passando a prever o feminicídio como um tipo penal autônomo.

III – **mutilação ou desfiguração da vítima**, antes ou após a morte:

Pena - reclusão de doze a trinta anos.

§ 8º A pena do feminicídio é aplicada sem prejuízo das sanções relativas aos demais crimes a ele conexos. (NR) (Brasil, 2013, p. 1.002) (grifamos)

Na justificativa do projeto original o feminicídio é definido como um “assassinato relacionado a gênero”, ainda, “um crime de ódio contra as mulheres, justificado sócio culturalmente por uma história de dominação da mulher pelo homem e estimulada pela impunidade e indiferença da sociedade e do Estado” (Brasil, 2013, p. 1.003). Podemos observar que o projeto original está fundado no conceito de feminicídio elaborado por Russel, Radford e Caputti, como um crime de ódio e há também a influência de Marcela Lagarde, ao incluir como um dos seus componentes a negligência e omissão do Estado (Abreu, 2022).

Além disso, pode-se destacar que o projeto trazia três cenários para identificar os feminicídios: o íntimo, das relações de afeto ou parentesco; o sexual, abrangendo as diversas formas de violência sexual contra as mulheres; e um terceiro, referente às mutilações na vítima (antes, durante e após a morte). Segundo as razões enumeradas no projeto de lei, essas circunstâncias foram eleitas por evidenciarem o controle dos homens sobre os corpos femininos, sobre a vida e a morte das mulheres, o sentimento de posse e objetificação, o domínio sobre a sexualidade feminina, a destruição da identidade feminina (mutilações e desfigurações) e, por fim, a submissão da vítima a sofrimento ou tratamento degradante (Brasil, 2013, p. 1.004).

Na sequência, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), relatora da Comissão de Constituição e Justiça, apresentou um substitutivo alterando a colocação tipológica da qualificadora, incluindo-a no §2º (por tratar-se de espécie de homicídio qualificado). Ainda, a definição inicial de feminicídio foi substituída pela expressão “contra a mulher por razões de gênero”; além disso, dentre as circunstâncias enumeradas no §2º foi acrescentado o “emprego de tortura ou qualquer meio cruel ou degradante” como uma nova circunstância ensejadora do delito. No Senado Federal o Projeto foi apresentado nos termos desse novo substitutivo, entretanto, a Procuradoria da Mulher do Senado propôs um novo substitutivo. A Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) redefiniu as circunstâncias do feminicídio e propôs que as circunstâncias previstas nos incisos II e III (violência sexual e mutilação ou desfiguração da vítima) fossem substituídas pelo significante “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”, mais abrangente e teria o condão de abarcar outras situações em que a mulher é discriminada ou objetificada. Por fim, em decorrência do princípio da vedação do *bis in idem*,

foi retirada a circunstância referente à tortura ou qualquer outro meio cruel ou degradante, já prevista no inciso III do §2º do artigo 121 (Abreu, 2022).

Sobre esse trâmite legislativo, Carmen Hein de Campos (2015, p. 108) leciona que “esse substitutivo alterou substancialmente o projeto original da CPMI, mantendo apenas a circunstância do feminicídio íntimo. As demais foram substituídas e concentradas na expressão genérica ‘menosprezo ou discriminação à condição de mulher’”.

Observa-se, que ainda que inicialmente as circunstâncias ensejadoras dos feminicídios estavam enumeradas e abrangiam situações além do feminicídio íntimo, a opção de reuni-las sob o signo do “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” acabou por, além de trazer um significante aberto e indeterminado, invisibilizar as mortes ocorridas em outros contextos, reduzindo o feminicídio a um fenômeno privado. Como bem pontuado por Monteserrat Sagot (2008, p. 225), quando as leis de enfrentamento à violência contra as mulheres genericamente as reduzem à violência doméstica ou intrafamiliar ela acaba por proteger a família e suas relações de parentesco e não os seus integrantes, além disso, ignora as especificidades da violência de gênero e o fato de que a dominação masculina se exerce em outros espaços, além do privado.

A proposta final, aprovada após os dois substitutivos, foi encaminhada à Câmara dos Deputados, definindo o feminicídio como a morte de mulher por razões de gênero, decorrentes de duas circunstâncias: I) violência doméstica e familiar; II) menosprezo ou discriminação à condição de mulher, mantidas as propostas de causas de aumento originais. Por fim, “na Câmara, a expressão **razões de gênero** foi **substituída** por razões da condição de **sexo feminino** e o § 2º foi reescrito para adequar-se à nova redação, sendo assim aprovado pelo parlamento e sancionado pela Presidenta da República” (Campos, 2015, p. 108). (grifamos)

Observa-se uma mudança significativa: a supressão da categoria gênero e sua substituição por sexo feminino. As duas versões apresentadas no Senado mantiveram a expressão razões de gênero visando incluir as múltiplas identidades de gênero, no entanto, “a expressão razões da condição do sexo feminino foi proposição da bancada evangélica para reduzir o alcance da norma e restringir sua aplicação somente às mulheres, assim consideradas enquanto sua condição biológica” (Campos, 2015, p. 111). Com consequência, adotou-se um paradigma biológico e uma lei que ignora os estudos de gênero e o desenvolvimento conceitual do feminicídio e que, além disso, fixa o conceito de mulher,

deixando de fora mulheridades e feminilidades cuja identidade de gênero e/ou subjetividade é feminina e que vivenciam a violência justamente por essa condição.

Após a entrada em vigor da Lei, surgiram as primeiras dúvidas a respeito da sua aplicação ou não às mulheres trans, ou seja, aquelas não nascidas biologicamente do sexo feminino, mas que se identificam com o gênero feminino, ou seja, que se reconhecem subjetivamente como mulheres. Visando orientar os aplicadores do Direito, a doutrina penal firmou o entendimento de que, ainda, que a lei se refira a sexo, a sua aplicação abrangeria também as mulheres trans, desde que tenha havido a alteração da identificação civil, ampliando para um conceito jurídico de mulher.

No entanto, na prática, a defesa tem requerido o afastamento da qualificadora, sob o fundamento de que uma mulher trans não se enquadraria no conceito biológico de mulher e que o seu assassinato não estaria incluído nas razões da condição de sexo feminino. O Superior Tribunal de Justiça se manifestou sobre a questão no *Habeas Corpus* (HC) n. 541.237/DF, impetrado pela Defensoria Pública do Distrito Federal, decidindo que a decisão referente à aplicação ou não da circunstância qualificadora às mulheres trans caberia ao Conselho de Sentença.

Como pontuado por Ana Abreu e Natália Santos (2023, p. 164) o não enfrentamento da problemática pelo STJ é indicador da complexidade da aplicação prática da qualificadora nesses casos. Ainda, destacam que a jurisprudência sobre o feminicídio está em construção, e mesmo “que algumas questões já estejam assentadas no STJ, como a natureza jurídica da qualificadora, quando se trata do significante “menosprezo ou a discriminação à condição de mulher” ou da determinação do alcance do conceito de mulher, a jurisprudência é ainda incipiente”.

Em 09 de outubro de 2024 entrou em vigor a Lei n. 14.994/24, denominada de Pacote Anti Feminicídio, a qual promoveu várias alterações no Código Penal, na Lei de Contravenção Penal e na Lei de Execução Penal, recrudescendo a resposta estatal aos feminicídios com o aumento da pena do feminicídio (reclusão de 20 a 40 anos), além da sua previsão em um tipo penal autônomo:

Feminicídio

Art. 121-A. Matar mulher por razões da condição do sexo feminino:

Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 40 (quarenta) anos.

§ 1º Considera-se que há razões da condição do sexo feminino quando o crime envolve:

I – violência doméstica e familiar;

II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

§ 2º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime é praticado:

I – durante a gestação, nos 3 (três) meses posteriores ao parto ou se a vítima é a mãe ou a responsável por criança, adolescente ou pessoa com deficiência de qualquer idade;

II – contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental;

III – na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima;

IV – em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

V – nas circunstâncias previstas nos incisos III, IV e VIII do § 2º do art. 121 deste Código.

Coautoria § 3º Comunicam-se ao coautor ou partícipe as circunstâncias pessoais elementares do crime previstas no § 1º deste artigo. (Brasil, 2024)

No entanto, a novel legislação não alterou substancialmente o crime, uma vez que manteve a sua definição como sendo o ato de matar mulher por razões da condição de sexo feminino, as quais seguem relacionadas ao contexto da violência doméstica e familiar e ao menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Visando construir contornos estáveis para a qualificadora (atualmente tipo penal) do feminicídio e fornecer as ferramentas analíticas para a compreensão dos diversos cenários de opressão que atravessam a vida das mulheres, mulheridades e feminilidades no nosso país, propomos o “modo misógino de execução do delito” como um instrumento para a determinação do alcance do significante “menosprezo ou a discriminação à condição de mulher”.

4. DO MODO MISÓGINO DE EXECUÇÃO DOS FEMINICÍDIOS

Em pesquisa de doutoramento, desenvolvida na Universidade Federal do Paraná, fomos em busca dos sentidos do significante “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Para averiguar o seu significado, optamos, em um primeiro momento, por uma revisão de literatura, em que analisamos como a doutrina penal interpreta esse significante. Na sequência, diante da complexidade da questão, optamos por fazer uma pesquisa processual, com o fim de avaliar como, na prática, os operadores do direito têm aplicado (ou não) a qualificadora.

Para realizar essa pesquisa, analisamos 531 feminicídios e tentativas de feminicídio praticados no Estado do Paraná, visando, em um primeiro momento, averiguar a quantidade de denúncias que fizeram referência ao inciso II do §2ºA do artigo 121, ou seja, o “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Dessa análise observamos que em

apenas 14 denúncias foi mencionado o significante analisado, ou seja, em todos os demais assassinatos e tentativas de feminicídio o enquadramento na qualificadora se deu pelo contexto de violência doméstica ou familiar contra a mulher, demonstrando uma redução do fenômeno ao contexto privado e às interpessoais e ao feminicídio íntimo (Abreu, 2022). A partir dessas constatações, identificamos uma interpretação familista dos feminicídios e a sua redução à esfera da domesticidade. Para visibilizar as outras mortes de mulheres que ocorrem em outros contextos, a partir dos achados da pesquisa empírica, fomos em busca de ferramentas analíticas para determinar as possibilidades de interpretação do significante “menosprezo e da discriminação à condição de mulher”.

Apesar de ser um campo epistêmico importante e de um conceito em disputa, esse significante foi pouquíssimo explorado nas denúncias. No entanto, como bem pontuado por Eugênia Villa (2020, p. 15), “a morte causada por menosprezo ou discriminação à mulher geralmente está inscrita no corpo da mulher assassinada, por meio de um ‘alfabeto violento’ que o diferencia dos assassinatos em geral. O alfabeto se traduz por gestos simbólicos representativos do desfazimento dos atributos da mulher assassinada”. Rita Segato (2013, p. 31) adverte que, diante desse alfabeto violento que marca o corpo da mulher assassinada, precisamos fazer uma escuta rigorosa das mensagens dos feminicídios.

Assim, a partir dos achados empíricos das denúncias analisadas propomos o “modo misógino de execução dos delitos” como um instrumental para identificar quais são as características que fazem com que o feminicídio seja o “assassinato misógino” de uma mulher. Nesse conceito se inserem, por exemplo, o local do corpo atingido, as mutilações causadas no cadáver da vítima, o instrumento utilizado para causar a morte, o planejamento e a execução do delito. Ainda que significante “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” possa levar ao entendimento de que a misoginia seria o motivo desses assassinatos, ela não se restringe à motivação pois revela que o ódio às mulheres se constitui em uma estrutura social de desigualdade entre homens e mulher, presente nos significados que o ato de matar revela (Abreu, 2022).

O ódio ao feminino e ao feminizado se reflete também nos assassinatos de mulheres trans sobretudo quando observamos que, “das 145 vítimas de assassinatos localizadas e consideradas nessa pesquisa, 136 eram travestis/ mulheres trans, deixando nítido que a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas” (Benevides; Nogueira, 2024, p. 60). Ainda,

segundo concluiu o Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) a partir desses dados, “travestis e mulheres trans têm até 32 vezes mais chances de serem assassinadas que homens trans, pessoas transmasculinas e pessoas não binárias” (Benevides; Nogueira, 2024, p. 62).

Os transfeminicídios não são caracterizados pela relação familiar ou afetiva entre agressor e vítima e são majoritariamente praticados em locais públicos, principalmente, em via pública. Apesar dessas diferenças, nesses crimes é evidente no modo cruel de execução do delito: **“requintes de crueldade, como o uso excessivo de violência, múltiplos golpes, degolamento, e a associação com mais de um método e outras formas brutais de violência como o corpo arrastado pela rua e a localização dos golpes em regiões** (Benevides, Nogueira, 2024, p. 65, grifamos)

Apesar das diferenças já pontuadas, podemos observar, a partir dos achados da pesquisa empírica e dos dados produzidos pela ANTRA, que o desprezo aos corpos femininos e feminizados estão presentes tanto nos feminicídios e nos transfeminicídios, revelando uma ordem social cisheteronormativa misógina e transfóbica. Esse cenário de violência possui como elementos comuns: 1) uso de mais de um instrumento de execução, ou seja, a violência física vem associada ao uso de outras ferramentas, sobretudo as armas brancas e armas de fogo; 2) quantidade excessiva de golpes, facadas, tiros, o que revela o desejo de exterminar aquele corpo; 3) a realização do delito de modo a reduzir ou impossibilitar a defesa da vítima, atingindo-a de surpresa, pelas costas, à traição; 4) sinais explícitos de crueldade; 5) o local dos golpes, preferencialmente atingindo a cabeça, o pescoço, o tórax e com mutilações nos seios e genitais; 6) a identidade de gênero da vítima, mulheres cis, transexuais e travestis, ou seja, todas aquelas que performam o feminino. (Abreu, 2022; Benevides; Nogueira, 2024).

O modo misógino de execução possibilita compreender os feminicídios, sobretudo quando eles não estão inseridos no contexto da violência doméstica ou familiar, como também permite visibilizar as mortes de mulheres trans e travestis, traçando contornos estáveis para a definição do ato de matar mulher por menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando determinar os sentidos do significante “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”, com base na pesquisa empírica, na revisão bibliográfica e na análise documental, nossa proposta tem a finalidade de visibilizar os assassinatos que não são lidos como feminicídios, por não se adequarem ao conceito de feminicídio íntimo e/ou a um conceito biológico de mulher.

O estudo demarca a necessidade de compreensão do feminicídio como uma categoria analítica e visa dialogar com a literatura especializada sobre o tema, traçando contornos para a sua interpretação, com base em uma pesquisa empírica, que avalia a aplicação prática da lei e como ela é percebida pelos operadores do direito. Assim, contribui para a aplicação prática do feminicídio, fornecendo as ferramentas analíticas para a compreensão dos diversos cenários de opressão que atravessam a vida das mulheres, mulheridades e feminilidades e que não se resumem às violências domésticas e familiares. Espera-se contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de classificação e monitoramento dos feminicídios e transfeminicídios e, ao visibilizar esses assassinatos, favorecer a construção de políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero.

As razões de gênero fundantes da violência feminicida são um conceito fundamental para a compreensão dos feminicídios. No entanto, o gênero é um conceito em disputa e foi, inclusive, escolhido como um inimigo a ser combatido por alguns setores da sociedade brasileira. Desse modo, precisamos continuar nessa arena de embates conceituais e terminológicos e podemos, teoricamente, questionar a amplitude do feminicídio. Acreditamos que as análises desenvolvidas na presente pesquisa e a proposta do “modo misógino de execução do delito” são um instrumental que se espera que possam auxiliar futuras pesquisas sobre os feminicídios.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Claudia da Silva. *Denúncias de feminicídios e silenciamentos: olhares descoloniais sobre a atuação do sistema de justiça criminal*. São Paulo: Blimunda, 2022.

ABREU, Ana Claudia da Silva. *Descolonizando corpos: Feminicídio Reprodutivo e a responsabilidade do Estado criminalizador*. São Paulo: Blimunda, 2023.

ABREU, Ana Claudia da Silva; SANTOS, Natália de Souza. Dessencializar para Pluralizar: O Conceito de Mulher para o Sistema de Justiça Criminal. *Direito Público*, v. 20, n. 106, 2023. Disponível em:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/7134>. Acesso em: 30 set. 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. *Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2024.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 292, de 15 de julho de 2013*. Altera o Código Penal para inserir o feminicídio como qualificadora do homicídio. Brasília, 2013.

BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. *Lei 14.994, de 09 de outubro de 2024*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14994.htm. Acesso em: nov. 2024.

CAICEDO-ROA, Mônica; BANDEIRA, Lourdes; CORDEIRO, Ricardo. Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 3, 2022.

CAMPOS, Carmen Hein de. Feminicídio no Brasil: Uma análise crítico- -feminista. *Revista Sistema Penal e Violência*. Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan-jun, p. 103-115, 2015.

CARCEDO, Ana; SAGOT, Montserrat. *Femicidio en Costa Rica: 1990-1999*. Colección Teórica 1. Instituto nacional de las mujeres: San José, Costa Rica, 2000.

CARCEDO, Ana; SAGOT, Montserrat. *No olvidamos y ni aceptamos: femicidio en Centroamérica (2000-2006)*. 1 ed. Asociación Centro Feminista de Información y Acción (CEFEMINA): San José, Costa Rica, 2010.

COPELLO, Patricia Laurenzo. Apuntes sobre el Femicidio*. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, Madrid, n. 8, p. 119-143, jul. 2012. Disponível em: <<http://espacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:revistaDerechoPenalyCriminologia-2012-8-5030&dsID=Documento.pdf>>. Acesso em: set. 2024.

ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES (ONU MULHERES). *Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação das Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero (femicídio/feminicídio)*. Brasil: 2014. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_femicidio_publicacao.pdf>. Acesso em: set. 2024.

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: Um longo debate. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n.2, p. 1-16, 2018.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. Por los derechos humanos de las mujeres: la Ley General de Acceso de las Mujeres a una vida libre de violencia. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. XLIX, n. 200, p. 143-165, maio-ago, 2007. Disponível online: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcyps/article/view/42568>. Acesso em: 15 jan. 2015.

LAGARDE, Marcela. “Del femicidio al feminicidio”. In: *Revista Desde el jardín de Freud*, v. 6, p. 216-225. Universidad Nacional de Colombia: Bogotá, 2006.

MENDES, Soraia da Rosa. *Feminicídio de Estado: a misoginia bolsonarista e a morte de mulheres por Covid-19*. São Paulo: Blimunda, 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais)

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. Campinas: *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 219-246, jul-dez. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>. Acesso em 10 de set. e 2024.

RADFORD, Jill; RUSSEL, Diana (Eds.). *Femicide: the politics of woman killing*. New York: Twayne Publishers, 1992

RADFORD, Jill. “Introducción”. In: RUSSEL, Diana. RADFORD, Jill (Orgs). *Feminicidio, La política del asesinato de las mujeres*. CEIICH/UNAM: Cidade do México, 2006. RUSSEL, Diana.

RADFORD, Jill. *Feminicidio. La política del asesinato de las mujeres*. CEIICH/ UNAM: Cidade do México, 2006.

SAGOT, Montserrat. “El femicidio como necropolítica en Centroamérica”. In: *Labrys Estudios Feministas*, Brasília, Montreal, Paris, n. 24, jul.-dez. 2013.

SEGATO, Rita Laura. “¿Que és un feminicidio? Notas para un debate emergente”. In: *Fronteras, violencia, justicia: nuevos discursos*. PUEG/UNIFEM: Cidade do México, 2008.

_____. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juarez: Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado*. Cidade do México: Universidad del Claustro de Sor Juana, 2006.

TOLEDO, Patsili. “Femicidio”. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 77-92, jan./jun. 2016.